



P R E S I D E N T E
DIEGO SÁ

CHAPA 10

VICE CELMA BAIANO

**CONHEÇA
NOSSAS
PROPOSTAS**

CHAPA 10





CONHEÇA DIEGO SÁ

Advogado em exercício há 12 anos, Diego Sá, 35 anos, está à frente da presidência da Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão – CAAMA - desde 2016, onde desenvolve um trabalho exitoso em prol dos advogados e advogadas e onde também atua como coordenador nacional de Esporte.

Formado em direito pela Universidade Ceuma, se especializou na área Processual Civil e Trabalhista. Começou sua carreira como estagiário e, com muito esforço, chegou à OAB-MA.

O filho de professora nascido na capital maranhense, estudou como bolsista e concluiu seu período escolar no Colégio Santa Teresa. Divertido e dedicado, sempre viveu envolto por amigos e familiares.

Focado em seus projetos, sempre se dedicou aos estudos, esporte e música. Na adolescência integrou o Primeiro grupo Escoteiro Coelho Neto Maranhão, onde sua veia de líder foi aflorando ainda mais, gerando o reconhecimento entre os colegas e amigos como um grande e nato líder, que sempre age de forma humana e atenciosa.

Militante das causas da advocacia e conhecedor das dores do dia a dia da categoria, quer construir uma OAB com mais oportunidades e menos privilégios. Seu olhar para o futuro unido à sua experiência frente à CAAMA.

O desejo em contribuir cada vez mais com o resgate da democracia na OAB e a promoção de ações de respeito às prerrogativas, à jovem advocacia e a paridade, o levou a ser um expressivo candidato à presidência da OAB-MA, liderando a chapa 10 por acreditar que valores morais e éticos são inegociáveis.



CONHEÇA DIEGO SÁ

Um homem de fé e de respeito à família, acredita que para vencer os desafios, é importante manter sua fé cristã e na base que recebeu de sua família, nos relacionamentos com os amigos e companheiros de trabalho, que colaboram para o aprimoramento, realinhamento e amadurecimento pessoal.

Para Diego, evoluir faz parte do processo de vida, de se avaliar constantemente e ter humildade para reconhecer suas limitações e pontos de ajustes. Com as vivências você aprende que a melhor forma de lidar com as dificuldades é exercitando a busca por soluções e diminuindo danos. Porém, nunca negociando aquilo as suas crenças e valores morais.

PORQUE VOTAR NA CHAPA 10

O nosso movimento surge com o intuito de atender aos anseios da advocacia maranhense por meio de um novo modelo de gestão, que coloca no protagonismo da advocacia da OAB a defesa de pautas consensuais com diversos grupos de advogados que viabilizam tratar de propostas para levar a casa para o futuro e regatar a altivez da Ordem e a democracia.

Veja detalhadamente as mais de 150 propostas para o desenvolvimento da jovem advocacia, paridade, equidade e outros temas significativos para advocacia maranhense.



Redução da anuidade é possível e nós vamos fazer. A partir de JANEIRO de 2022 REDUÇÃO DE 20% na ANUIDADE da OAB-MA e SERÁ A ANUIDADE MAIS BARATA DO BRASIL.





JOVEM ADVOCACIA

- 1) Criação do Programa “Meu Primeiro Cliente”: programa para capacitar a jovem advocacia logo ao entrar no mercado de trabalho, por meio de curso intensivo de prática advocatícia, com renomados advogados professores da área jurídica, com noções básicas do dia a dia da advocacia como: precificação de honorários, marketing ético e gestão de escritório.
- 2) Criação da ESA Jovem.
- 3) Cursos Online de Oratória focada em sustentações orais.
- 4) E-mail profissional da advocacia de forma gratuita: após realizar cadastro no formulário disponível no site da OAB/MA, será possível contar com um e-mail com o domínio oficial da Ordem: @oabma.adv.br.
- 5) E-Book da Jovem Advocacia: material desenvolvido pela Comissão da Jovem Advocacia dando as principais dicas tanto para abertura de escritório, como serviços e contatos úteis.
- 6) Desoneração da jovem advocacia: anuidade para a jovem advocacia com 30% de desconto em seu primeiro ano. Desconto de 50% em todas as taxas para inscrição nos quadros da OAB/MA, primeiro Token e Certificado Digital gratuitos.
- 7) Núcleo da Tutoria da Jovem Advocacia: disponibilizar cadastro de escritórios e departamentos jurídicos de empresas para servirem de experiência aos advogados que ingressam no mercado.

8) Feira da Jovem Advocacia: encontros semestrais voltados para a inserção da jovem advocacia no mercado de trabalho, com entrevistas para escritórios que estejam contratando, workshops práticos, parcerias com editoras, empresas de marketing, mobiliário, softwares, etc.

9) Criação das salas de estudo da advocacia: ambiente propício para o estudo e pesquisa de doutrina e jurisprudência.

10) Realização do Diagnóstico Anual da Jovem Advocacia: com o objetivo de delinear o perfil da jovem advocacia, servirá para avaliar os diversos aspectos do início da carreira, desde a remuneração, as condições de trabalho, a inserção no mercado e também os conhecimentos do advogado sobre os serviços e instituições ligadas à OAB.





P R E S I D E N T E
DIEGO SÁ

CHAPA 10

VICE CELMA BAIANO

OAB REPRESENTATIVA

CHAPA 10



OAB REPRESENTATIVA

1) Diligenciar com o TJ/MA para cobrar providências com o intuito de mitigar dificuldades enfrentadas por advogadas e advogados com deficiência, no âmbito das audiências virtuais e dos processos eletrônicos.

2) Projeto OAB Inclusão Digital: o objetivo é oferecer auxílio aos advogados que tenham dificuldades com ferramentas on-line para o exercício da profissão, tais como: problemas relacionados à assinatura ou certificação digital, sistemas processuais, conversão e juntada de arquivo em documentos, áudio e vídeo, entre outras questões.

3) Obrigatoriedade de que a Comissão da Mulher Advogada seja ouvida nos processos de violação de prerrogativas quando a infração versar sobre gênero.

4) Estimular a efetiva participação da mulher advogada no sistema OAB, fortalecendo o protagonismo feminino no cenário político institucional da entidade.





5) Criação de benefício a ser concedido pelas Caixas de Assistência para as advogadas em situação de violência e vulnerabilidade.

6) Elaborar pesquisas para conhecimento do perfil da mulher advogada, inclusive com recorte de raça e outras interseccionalidades.

7) Promover capacitações e sensibilização da advocacia, especialmente, quanto às questões de violência de gênero e sua invisibilidade nas ações de família, assistência jurídica às vítimas de violência e mecanismos de solução consensual de conflitos.

8) Acompanhar e resgatar os projetos de lei relacionados aos direitos das mulheres e da mulher advogada que tramitam na Assembleia Legislativa e nas Câmaras Municipais, além de acompanhar as políticas públicas de prevenção e assistência à mulher em situação de violência.

9) Pugnar pela atitude ética da mídia em relação à mulher, em especial, quanto ao feminicídio.

10) Isenção de anuidade no ano que a mulher advogada tenha filho.

11) Realização anual da Conferência Estadual da Advocacia Negra.

12) A inclusão de uma mesa específica debatendo as demandas da advocacia negra na programação principal da Conferência Estadual da Advocacia.

13) Acompanhamento legislativo das propostas que envolvam a advocacia negra e questões raciais.

ESA E ENSINO JURÍDICO



- 7) Criação das salas de estudo para a advocacia em parceria com a ESA;
- 8) Implantar o Núcleo de Incentivo à pós-graduação, para oferta de tutoria em projetos stricto sensu e realização de convênios com programa de pós-graduação para descontos, incentivos e indicação de professores.
- 9) Criação e reativação de grupos de estudo em parceria com as demais comissões da OAB para realização de estudos doutrinários e análises jurisprudenciais sobre temas de atuação da advocacia.
- 10) Estabelecer, na Tabela de Honorários da OAB, piso salarial para advogados que atuam em Núcleos de Prática Jurídica.
- 11) Criar o Núcleo de Regulação da Prática Jurídica para acompanhamento de NPJ's e Escritórios-Escola, sobretudo no tocante à captação ilícita de clientes, valorização do advogado orientador, incentivo de meios alternativos de resolução de conflitos e qualidade do ensino da prática jurídica.
- 12) Cadastrar, sistematizar e disponibilizar informações sobre advogados professores e suas respectivas áreas de conhecimento.





OAB E ACESSO À JUSTIÇA



OAB E ACESSO À JUSTIÇA

1) Criação da Central de Agilização Processual: os advogados prejudicados pela morosidade processual poderão formular reclamação junto à Central. Nos atos que não forem adotadas providências, a Seccional encaminhará o pleito aos órgãos correccionais.

2) Requerer a revogação de normativas que estão a delegar aos advogados(as) serviços essenciais que são de atribuição do Poder Judiciário.





SISTEMA OAB



SISTEMA OAB

- 1) Instituição de Termo de Ajustamento de Conduta no regimento interno do Tribunal de Ética e Disciplina.
- 2) Implementação de um sistema de Governança Corporativa na OAB/MA: conjunto de políticas e procedimentos voltados à prevenção de fraudes e atitudes antiéticas, atos ilícitos e corrupção dentro da Ordem.
- 3) OAB Transparente: liberação, para pleno conhecimento e acompanhamento pela advocacia e pela sociedade, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- 4) Vedação de contratação de pessoas jurídicas que tenham em seus quadros sociais membros de quaisquer órgãos do Sistema OAB ou seus parentes até o terceiro grau.





5) Criação da Defensoria Geral da OAB/MA: tem como finalidade organizar e aprimorar o trabalho dos advogados dativos nos processos ético-disciplinares.

6) Aplicativo OAB/MA para acompanhamento online de todos os procedimentos internos da seccional.

7) OAB/MA e Gestão de Qualidade: aprimoramento dos processos internos, com melhorias na comunicação entre setores e, conseqüentemente, na prestação integrada de serviços, objetivando o recebimento da Certificação ISO 9000.

8) Parceria entre a OAB/MA e a Junta Comercial do Maranhão para garantir acesso da advocacia à RedeSim, simplificando o registro de sociedades.



+ ESTRUTURA PARA A CAAMA



+ ESTRUTURA PARA A CAAMA

- 1) Implantação de consultórios odontológicos em todas as subseções.
- 2) Marcação de consultas por meio do App da CAAMA.
- 3) Implantação do Centro de Saúde da Advocacia.
- 4) Desenvolver campanhas preventivas de tratamento de doenças ocupacionais, por meio de convênios com hospitais, clínicas e profissionais da área de saúde.
- 5) Fomentar a publicação de artigos, pesquisas, cartilhas e manuais de orientação e conscientização sobre a saúde mental do advogado e da advogada.





Ampliação do projeto CAAMA BEM NASCER (rede de apoio para mães advogadas) para estender as advogadas de todas as subsecoes.

Ampliação e modernização da sede da CAAMA.

Escolinha de futebol para filhos dos advogado(a)

Aquisição de unidade móvel de saúde para beneficiar advocacia do interior do estado.

Ampliação da rede de convênios da CAAMA

Oferecimento de novas especialidades médicas como oftalmologista

Projeto MELHORIDADE foco no cuidado com a saúde da advocacia idosa.

Modernização e ampliação do setor de fisioterapia da CAAMA.

Instalação do consultório odontológico CAAMA KIDS.

Carteira digital CAAMA

Implantação do Projeto MAIS SAUDE MULHER com aquisição de aparelho de ultrassom para realização de ultrassom de mama e transvaginal nas consultas ginecológicas.

CAAMA TRAINING - centro de esporte e treinamento da advocacia

Programa saudavelmente - Rede de apoio e cuidado com a saúde mental da advocacia.



ADVOCACIA PREVIDENCIÁRIA



ADVOCACIA PREVIDENCIÁRIA

- 1) Apoio ao Projeto de Lei nº 4.830/2020, tramitando no Câmara dos Deputados, que visa permitir o destaque dos honorários da advocacia diretamente do benefício previdenciário recebido pelo cliente em decorrência de processo administrativo.
- 2) Abertura de Postos Avançados do INSS em todas as subseções da OAB/MA.
- 3) Criação do Balcão Virtual do INSS para a advocacia previdenciária maranhense.
- 4) Criação do Guichê virtual de atendimento, onde o advogado, mediante prévio agendamento, poderá conversar com um servidor do INSS, para retirar dúvidas e solicitar informações sobre determinado cliente.
- 5) Aplicação e garantia do Atendimento prioritário, conforme Acordo de Cooperação técnica e memorando circular 16 DIRAT/PRF/INSS; Com a volta dos guichês exclusivos, onde tiverem sido retirados.





6) Cursos de práticas em processos administrativos, preferencialmente ministrado por servidores convidados da autarquia.

7) Ouvidoria previdenciária, com o registro das principais demandas dos advogados, e elaboração periódica de relatórios que serão utilizados para atuação junto a gerência do INSS.

8) Capacitação permanente dos advogados previdenciários, com treinamentos periódicos a respeito dos sistemas INSS digital e MEU INSS.

9) Solicitação e atuação para promover uma cooperação técnica da Justiça Estadual para realização de perícia na Justiça Federal, quando for melhor para o interessado.

10) Atuação para garantir o acompanhamento dos advogados na perícia médica mediante autorização do cliente.

11) Viabilizar e fiscalizar um canal eficaz junto ao INSS para realizar ações como emissão de senha, atualização cadastral, dentre outras.

12) Investimentos nas salas da advocacia presente na sede da Justiça Federal e na Gerência executiva do INSS.

13) Atuar junto ao INSS para implementar medidas para dar mais celeridade aos requerimentos administrativos.

14) Dialogar com os representantes da Autarquia federal para tentar diminuir a exigência de documentos desnecessários durante o processo administrativo, dando mais celeridade ao mesmo.

15) Criação de periódicos pela comissão de previdenciário, em formato de newsletter com todas as novidades de regimentos, atos, normas expedidas pelo INSS ou pela Justiça Federal que tenham relação com direito previdenciário, e possam auxiliar no trabalho dos advogados previdenciários.

16) Criação do banco de petição e modelo de contrato de honorários conforme o TED.

17) Integração entre as comissões de direito securitário do Idoso e da Pessoa com Deficiência.

18) Diálogos com os órgãos da Justiça AGU, PGE e Poder legislativo.





ADVOCACIA CRIMINAL



ADVOCACIA CRIMINAL

1) Criação do Campeonato de Júri Simulado: fomentar o desenvolvimento de habilidades diversas e oportunizar aos advogados uma primeira experiência prática-simulada.

2) Resgate do papel institucional da OAB-MA no diálogo com os demais órgãos e poderes na defesa dos interesses da advocacia e criação de fóruns institucionais nos tribunais para debates e deliberação de assuntos relativos ao sistema judiciário de forma isonômica entre os atores do sistema da justiça (TJMA, TRT 16ª região, TREMA, MPMA, JFMA, MPF, DPE, DPU, SEAP (secretaria de estado de administração penitenciária), SSP (Secretaria de Segurança Pública do Maranhão), Polícia Federal).

3) Garantia de audiências com magistrados e desembargadores, supervisionamento da eficácia dos atendimentos virtuais, alargamento das parcerias com as associações de advogados e da advocacia pública. Elaboração de um projeto para (re) instalação da 3ª Câmara Criminal em conjunto com TJMA, MPMA, DPE e ALEMA.





4) Ampliação da nomenclatura da Comissão da Advocacia Criminal, para que a mesma passe a ser denominada Comissão da Advocacia Criminal e do Tribunal do Júri.

5) Criação das escolas de prerrogativas (projeto que possui como finalidade difundir o conhecimento sobre os direitos dos advogados no exercício profissional de uma forma mais abrangente, podendo incluir setores da sociedade que vão além da advocacia).

6) A escola de prerrogativas irá oferecer cursos sobre a temática em diversos formatos, capacitando os advogados. Verificar também a possibilidade da criação de delegados de prerrogativas e a sua regionalização nas subseções).

7) Apoio e amparo à advocacia das subseções, garantindo autonomia, treinamentos e cursos extensão da comissão da advocacia criminal e do tribunal do júri, comissão de prerrogativas, comissão de política penitenciária para as subseções.

8) Garantia da efetiva participação e voz da advocacia feminina e negra, criando um observatório da paridade de gênero e fiscalização permanente da efetividade da paridade e sistemas de cotas nos órgãos da OAB. Criar um QRcode para que os advogados entrem em contato com a coordenação de campanha e entre em contato com o grupo Nossa Voz é a Ordem e apresente a sua proposta.

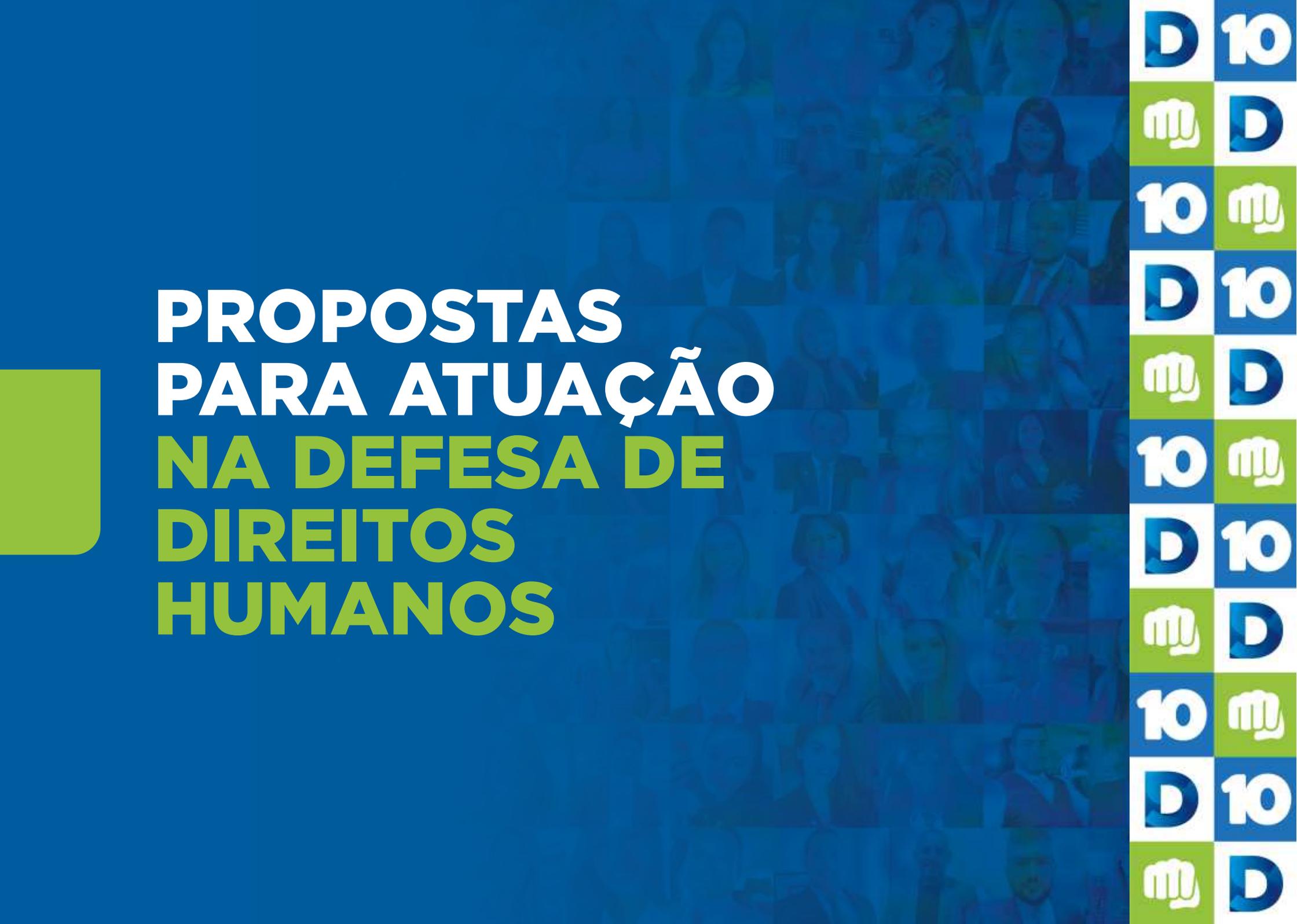
ADVOCACIA PÚBLICA





ADVOCACIA PÚBLICA

- 1) Defesa da autonomia funcional das Procuradorias.
- 2) Defesa da prerrogativa das Procuradorias proporem ação de improbidade (PL 2505/21).
- 3) Posição contrária ao projeto de reforma administrativa (PEC n° 32).
4. Proposta de criação de Câmaras especializadas em direito público junto ao TJMA.
5. Criação da Comissão de Advocacia para Estatais.
6. Defesa da modernização das atividades nas Procuradorias e regulamentação do trabalho remoto.



**PROPOSTAS
PARA ATUAÇÃO
NA DEFESA DE
DIREITOS
HUMANOS**



PROPOSTAS PARA ATUAÇÃO NA DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

- 1) Organizar o atendimento de forma regionalizada, padronização do atendimento e procedimentos quanto às violações de direitos humanos.
- 2) Elaborar o Manual de Procedimentos.
- 3) Realizar reuniões mensais com todos os membros da Comissão.
- 4) Trabalhar de forma articulada com as comissões temáticas do campo de direitos humanos.
- 5) Realizar missões com foco:
 - a) Na sistemática agressão ambiental.
 - b) No impacto dos grandes empreendimentos e eventos no campo e na cidade.
 - c) No conflito pela terra no campo.
 - d) Na questão dos povos indígenas e comunidades tradicionais.
 - e) Das pessoas em privação de liberdade, inclusive, presos provisórios.
 - f) Defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade.

6) Pautar assuntos relacionados à Comissão de Direitos Humanos no Conselho e dar resposta imediata a todos os processos enviados à Comissão.

7) Defender a proteção dos defensores de direitos humanos, combatendo a criminalização dos movimentos sociais e manifestações, além de promover a defesa do direito de defesa.

8) Promover a Educação em Direitos Humanos.

9) Combater a letalidade das ações de Estado, especialmente contra a juventude negra, e a corrupção do sistema de segurança pública.

10) Difundir a proteção internacional dos direitos humanos e a difusão dos mecanismos internacionais no Brasil.





ADVOCACIA TRABALHISTA



ADVOCACIA TRABALHISTA

- 1) Criação da coordenação de acompanhamento permanente do PJE, para proposição de melhorias e para contribuir com a celeridade na expedição de certidões de instabilidade do sistema.
- 2) Criação da Cartilha Trabalhista com as noções gerais e conhecimentos básicos sobre audiência e processo do trabalho.
- 3) Parceria com o MPT para ampliação das mediações nos procedimentos administrativos realizados pelo órgão.
- 4) Criação do ambiente de conciliação extrajudicial trabalhista.

